



**PELO RESPEITO
À DIVERSIDADE.
PELOS DIREITOS
DE TODXS**



Pelos direitos de todxs

Quando assumi a Secretaria de Direitos Humanos, em meio à maior crise financeira do Estado do Rio de Janeiro, encontrei o Rio Sem Homofobia esvaziado, funcionários com três meses de salários atrasados, e o temor de que um programa tão importante pudesse deixar de existir. Com seriedade, compromisso com a causa e muito trabalho fomos reestabelecendo todos os serviços, regularizando pagamentos e conseguindo ampliá-lo. E fomos além. Conquistas fundamentais, como o lançamento da Carteira Social e o decreto implementando a Decradi – a Delegacia Especializada em Crimes de Intolerância, foram vitórias históricas para a comunidade LGBTI no Estado do Rio.

Atualmente muitos avanços pertinentes à diversidade de gênero só estão sendo possíveis em nosso País por decisões do Poder Judiciário, como a alteração do nome no Registro Civil, a união estável e o casamento civil homoafetivos, entre outros. Porém, só haverá de fato a estabilidade dessas conquistas quando as mesmas se transformarem em políticas de Estado, através da aprovação de leis que garantam esses direitos, pelo Poder Legislativo, no Congresso Nacional.

Além das conquistas legais, entendo ser imprescindível o reconhecimento e o respeito de toda sociedade e das autoridades públicas para com a Comunidade LGBTI. Por isso, quando Secretário de Direitos Humanos, fiz questão de sempre dar visibilidade à causa nos mais importantes veículos de imprensa, em campanhas publicitárias e, institucionalmente, através de solenidades oficiais, como a que realizamos no Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado, para o lançamento da Carteira Social.

E por ser um grande defensor da liberdade de gênero e ter sempre combatido o preconceito em todas as suas faces, peço o seu voto para ampliar a defesa da comunidade LGBTI na Câmara Federal. Por uma sociedade plural e inclusiva, vote Átila Alexandre Nunes, 1505.



Átila Alexandre Nunes

Sou carioca, de 44 anos, casado, pai de dois filhos, economista formado pela PUC-Rio, com especialização em Finanças pela Universidade da Califórnia - Berkeley, MBA em Administração pelo IBMEC, pós-graduação em Comunicação na ESPM e pós-graduando em Administração Pública na FGV.

Desde o início de minha vida pública, combati todo tipo de preconceito e lutei pela defesa da liberdade religiosa e do consumidor. Fui Vereador, Deputado Federal e Secretário de Estado.

Aprovei uma série de leis que fortaleceram os direitos dos cariocas e integrei diversas comissões parlamentares, presidindo, inclusive, a Frente Parlamentar Contra a Intolerância.

Como Secretário de Estado de Direitos Humanos, implantei programas de combate à intolerância religiosa, racial e de orientação sexual, e como vereador fui autor do primeiro pedido de impeachment do prefeito Marcelo Crivella por ter prometido privilégios aos seus aliados políticos.

ÁTILA ALEXANDRE NUNES
DEPUTADO FEDERAL

15 05

 AtilaAlexandreNunesOficial

 (21) 9957-15153

REALIZAÇÕES

Travestis e Transexuais agora podem incluir nome em Identidade Social



Aos 34 anos Yonne Alves de Mello realizou um sonho: ver em seu documento de identidade seu nome social. Ainda adolescente, Yonne adota um nome feminino, faz implante nos seios, veste-se como mulher e se entende como uma. Para ela, a carteira de identidade social é muito mais do que um documento, é sinônimo de dignidade: “Quando mostrava o meu documento, ficava aquele silêncio e olhares constrangedores”, lembrou.

Para garantir e reconhecer o exercício pleno da cidadania de transexuais e travestis do Rio de Janeiro, Átila Alexandre Nunes, em sua passagem pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos

(SEDHMI), lançou em março deste ano, em parceria com o Detran- RJ, a Identidade Social. Yonne foi uma das três primeiras contempladas no Estado. Além dela, outras duas pessoas receberam o documento em uma cerimônia realizada no Palácio Guanabara.

Para tirar a Carteira de Identidade Social, basta pagar uma taxa (Duda) de R\$ 37,15, agendar o serviço e uma espera de cinco a dez dias para receber o documento. Também é necessária uma declaração de próprio punho em formulário específico disponível nas unidades do Detran. O novo documento trará o nome social.

Entra em vigor a delegacia de combate à intolerância de autoria do deputado estadual Átila Nunes

Uma antiga luta de quem é vítima de intolerância está próxima de se tornar realidade: a Decradi. A Lei 5931/11, que dispõe sobre a criação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, é de autoria do Deputado Estadual Átila Nunes. Com a articulação do vereador Átila Alexandre, membro do Observatório da Intervenção no Rio, foi assinado o Decreto que cria na estrutura da Polícia Civil a Delegacia, sem aumento das despesas.

Caberá a esta registrar, investigar, abrir inquérito e adotar os demais procedimentos policiais necessários, nos casos que envolvam violência ou discriminação contra as pessoas. Os objetivos são: oferecer um atendimento humanizado, cumprir a legislação em vigor e assegurar os direitos de todos os cidadãos, independentemente de cor, raça ou credo religioso. A unidade funcionará em conjunto com as delegacias regionais, que também contarão, cada uma, com um agente treinado no assunto.



REALIZAÇÕES

Novas classificações criminais permitem mensurar casos



Após solicitação do então secretário Átila Alexandre Nunes, a Polícia Civil incluiu cinco motivos presumidos em registros de ocorrência: Intolerância Religiosa; Transfobia; Lesbofobia; Xenofobia; e Intolerância por Raça/Cor. O objetivo é ter um panorama mais exato dos casos de preconceito, como a violência LGBTfóbica, que acontecem no Estado e buscar alternativas para o combate efetivo deste tipo de delito.

Aplicativo orienta abordagem policial a grupos vulneráveis



No período à frente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Política para Mulheres e Idosos, Átila Alexandre Nunes participou ativamente da criação do aplicativo de celular “ValoraSeg”, que tem por objetivo auxiliar a abordagem policial a grupos vulneráveis como LGBTs, mulheres, idosos, crianças, grupos étnicos e religiosos. A ferramenta serve para ampliar, facilitar e padronizar o atendimento a estes grupos, para que eles possam receber o tratamento adequado.

Centro de Cidadania LGBT Sul Fluminense é inaugurado



Em março de 2018, Átila Alexandre Nunes inaugurou o Centro de Cidadania LGBT Sul Fluminense, em Volta Redonda. A unidade foi a primeira do novo modelo de expansão do programa em parceria com os municípios desde a criação do programa Rio Sem Homofobia. No local, a população obtém atendimento jurídico, social e psicológico para LGBTs vítimas de violência, familiares e amigos, além de funcionar como centro de irradiação de informações e mobilização em políticas públicas de combate a homofobia e promoção da cidadania.

Assistência jurídica a vítimas de LGBTfobia



Vítimas de violações dos Direitos Humanos, como casos de LGBTfobia, intolerância religiosa e racismo podem ter acesso a assessoria jurídica gratuita, graças a um convênio firmado, durante a gestão de Átila Alexandre Nunes, entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) e Universidade Iguazu (UNIG), IBMEC, além da Estácio de Sá.

REALIZAÇÕES

Rio Sem Homofobia é recuperado na gestão Átila Alexandre Nunes



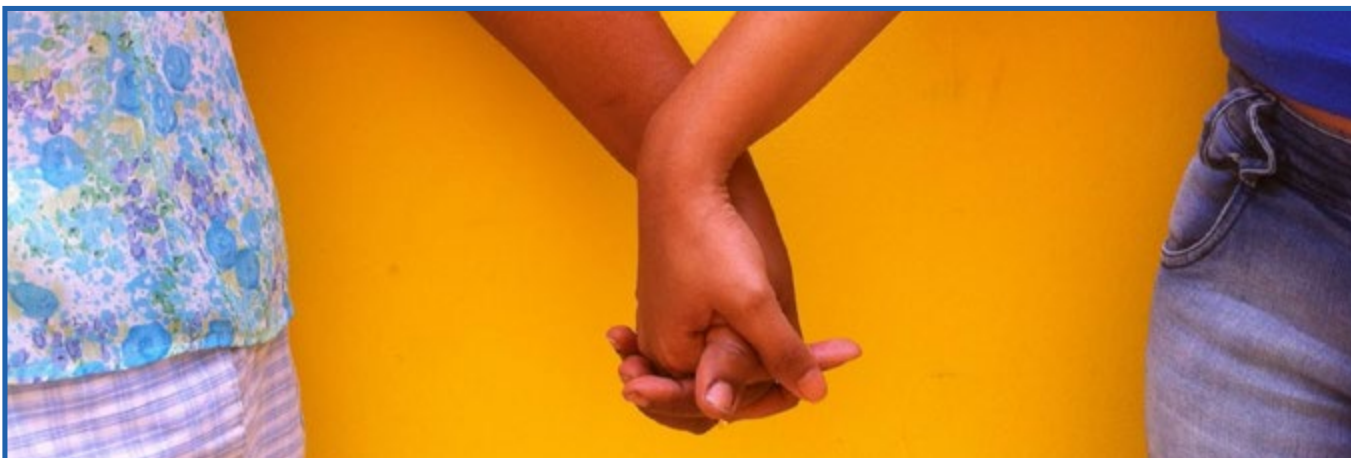
Graças a uma série de medidas tomadas pelo então secretário de Direitos Humanos, Átila Alexandre Nunes, o programa estadual Rio Sem Homofobia, coordenado pela Superintendência de Políticas Públicas LGBT, da Secretaria, conseguiu voltar à sua plena atividade. Após meses de atraso, foi regularizada a folha de pagamento de cerca de 50 funcionários do programa em atividade desde 2010.

Também com este esforço, retomou-se o funcionamento na íntegra do Disque Cidadania LGBT (0800 023 4567), que é referência na América

Latina nesse gênero, dos centros de cidadania LGBT e das ações de capacitação realizadas pelas equipes técnicas do projeto. Desde o seu início, o programa permanecia com quatro Centros de Cidadania atendendo à capital, Duque de Caxias, Nova Friburgo, Região Serrana e Niterói. Com a gestão de Átila Alexandre, foi inaugurado em janeiro de 2018, o Centro de Cidadania Sul Fluminense, em Volta Redonda, no sul do Estado.

Resultado também do seu trabalho de planejamento enquanto secretário, estão agora prestes a se tornar realidade a inauguração de mais dois Centros de Cidadania LGBT para os próximos meses: Centro de Cidadania Baixada II – Queimados, na Região Metropolitana, e Centro de Cidadania Região dos Lagos – São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos.

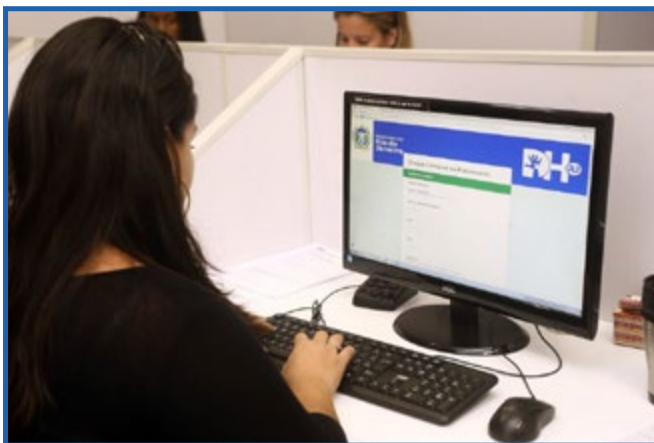
União de defensorias, prefeituras e delegacias



O então secretário Átila Alexandre Nunes conseguiu traçar uma exitosa parceria com órgãos correlatos às demandas dos Centros de Cidadania LGBT. Com a defensoria pública do Estado do Rio de Janeiro, foram feitas atividades como a requalificação civil e os casamentos coletivos, entre outras. Já com as prefeituras, foi possível, além das capacitações, a realização de ações sociais em prol do público LGBTI nas praças públicas com conscientização e serviços de cidadania. No diálogo com as delegacias especializadas, como a DEAM (Delegacia de Atendimento à Mulher), conseguiu-se ampliar o atendimento para mulheres transsexuais, lésbicas e travestis, além de enquadrar casais LGBTs na Lei Maria da Penha. Houve ainda um acordo colaborativo em razão de vítimas nas delegacias da Infância e Juventude e de Homicídio, por exemplo.

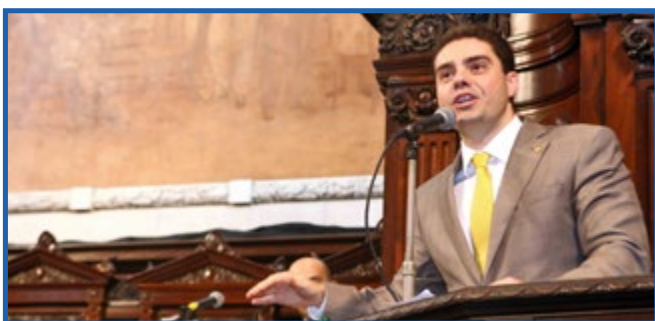
REALIZAÇÕES

Disque Combate ao Preconceito



Somando forças ao Disque Cidadania LGBT, que é referência em todo o Brasil e recebe todo o apoio da Secretaria, o Disque Combate ao Preconceito é mais uma linha que recebe denúncias de LGBTfobia e outros tipos de preconceito como Xenofobia e Intolerância Religiosa. O canal foi lançado pelo então secretário Átila Alexandre Nunes em agosto de 2017 para receber os relatos e oferecer assistência às vítimas. O disque funciona através do telefone (21) 2334-9551.

Secretário denuncia discurso sobre a “cura gay”



Durante a gestão de Átila Alexandre Nunes, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), através do programa Rio Sem Homofobia, se posicionou contra a decisão da Justiça do Distrito Federal que concedeu uma liminar em setembro de 2017 autorizando psicólogos a oferecerem terapia de reversão sexual, conhecida como ‘cura gay’. A entidade classificou tal decisão como “ilógica e um retrocesso aos direitos da população LGBTI, além de conflitar com todas as políticas públicas desenvolvidas para o segmento no Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos. A liminar reforça a LGBTfobia em um país onde um homossexual é morto a cada 25 horas (...),” declarou o órgão na época.

Campanha contra o assédio LGBT



A Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Política para Mulheres e Idosos, através do programa Rio Sem Homofobia, lançou uma campanha contra o assédio LGBT. Acompanhada de perto pelo então secretário Átila Alexandre Nunes, ela teve como base um vídeo educativo que foi veiculado nas televisões disponíveis no interior dos ônibus do BRT, nas redes sociais do consórcio e da Secretaria.

Campanha “Amor Livre” e Disque Cidadania LGBT ativo no Carnaval



Na gestão de Átila A. Nunes, o Disque Cidadania LGBT atendeu demandas da comunidade LGBT, durante o Carnaval no Rio de Janeiro, nos cinco dias de folia, sem recessos. A população pôde fazer denúncias de LGBTfobia, solicitar assistências psicológica, jurídica e social, além de tirar dúvidas e receber informações. A campanha “Amor Livre #CarnavalSemPreconceitos” também foi lançada para o período de folia através do programa estadual Rio Sem Homofobia, com distribuição de 20 mil ventarolas e 70 mil preservativos pela cidade em blocos da Zona Sul, Centro, e Zona Norte. Nas redes sociais, foi feita uma campanha de conscientização contra a violência LGBTfóbica.

REALIZAÇÕES

Campanha “Orgulho de ser LGBT”



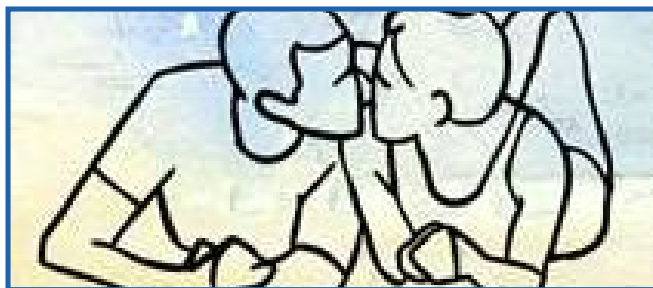
Durante o comando de Átila Alexandre Nunes, a Secretária de Estado de Direitos Humanos e Política para Mulheres e Idosos, por meio do programa Rio Sem Homofobia, destacou diferentes opiniões e sentimentos do que é ser gay, lésbica, travesti, transexual, bissexual ou transgênero, com vídeos gravados pela população LGBT, respondendo a pergunta “Por que eu tenho orgulho de ser LGBT?”.

Participação no Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT



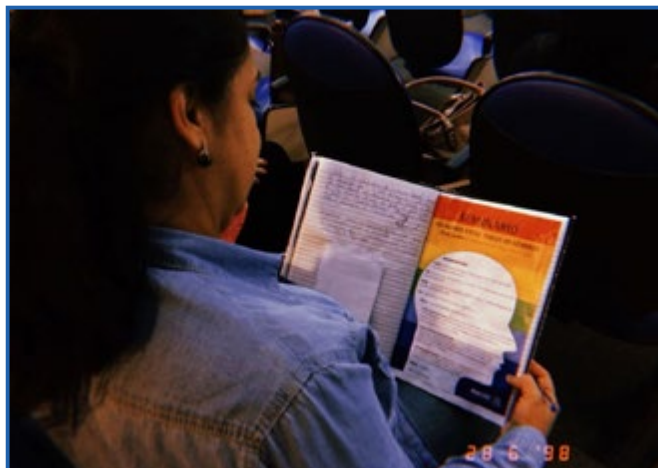
Para ouvir os pleitos deste público, Átila Alexandre Nunes acompanhou todas as tratativas das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT (CELGBT) desde os tempos em que foi subsecretário de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos. Depois, com a Superintendência de Políticas Públicas LGBT, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Átila participou das novas eleições do Conselho. Cabe aos seus membros, elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) destinadas a assegurar a essa população o pleno exercício de sua cidadania.

Campanha “Amar é um direito de todxs”



Átila Alexandre Nunes enquanto secretário lançou a campanha “Amar é um direito de todxs”, através do programa Rio Sem Homofobia, em celebração ao mês de diversidade na capital fluminense. A ação, que foi veiculada nas redes sociais, visou ressaltar a luta pelos direitos da população LGBT e combater os preconceitos de gênero.

Capacitação e sensibilização de servidores públicos



Sob a administração de Átila Alexandre Nunes, a Secretaria de Direitos Humanos e Políticas Públicas para Mulheres e Idosos realizou diversos eventos de capacitação em parceria com as prefeituras. Advogados, assistentes sociais e psicólogos, entre outros profissionais dos centros de cidadania, promovem para os servidores públicos da Assistência Social, da Educação e da Saúde de vários municípios oficinas, palestras e treinamentos sobre o Rio Sem Homofobia e temas como: orientação sexual, identidade de gênero, novos arranjos familiares, Hormonioterapia etc. São cidades já contempladas pelas capacitações: Volta Redonda, Nova Friburgo, Niterói e Resende.

PROPOSTAS

Criação de conselhos LGBTIs



Em nível nacional e estadual, Átila Alexandre Nunes pretende criar um termo de compromisso com os municípios e estados para a criação de conselhos LGBTIs, além de coordenadorias e superintendências de diversidade sexual e identidade de gênero. Dessa forma, será possível acompanhar, debater e entender quais as necessidades deste público.

Identidade Social com validade nacional



Ampliar o uso da Carteira de Identidade Social para o nível nacional com parcerias com Detran e outros órgãos regulatórios dos estados do País também é uma das prioridades de Átila Alexandre Nunes.

Capacitação



Em nível nacional e estadual, Átila Nunes quer apoiar a capacitação e a formação de maneira continuada de gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como de outras políticas setoriais, lideranças comunitárias e a sociedade civil organizada sobre a temática LGBT. Garantir a capacitação aos profissionais nas áreas de educação, saúde, segurança pública, assistência social e conselhos tutelares para atendimento da população LGBT também são metas propostas neste contexto.

Acesso a Serviços de Assistência Social



Com a criação de normativa estadual e federal para garantir o acesso da população LGBT aos Serviços de Assistência Social, Átila Alexandre pretende promover o respeito à expressão de gênero de travestis e transsexuais em todos os âmbitos como, por exemplo, o uso do nome social e o acolhimento institucional de acordo com o gênero e a identidade.

Orientação médica



A orientação médica e profissional, em geral, para pessoas em transição de gênero que passam pela Hormonioterapia é uma meta a ser aplicada por Átila Alexandre em nível nacional, já que sabe-se que aqueles que se automedicam para a transição podem desenvolver uma série de doenças.

PROPOSTAS

Educação inclusiva



A exemplo do que já ocorre no Ensino Básico e no Enem, Áttila Alexandre Nunes quer ampliar a aceitação do nome social aos inscritos nos concursos públicos de todo o País, tornando mais inclusivo o acesso à Educação pelo público LGBTI.

Ampliações de Centros e criação de NADs LGBT



Destinar recursos e apoiar consórcios para a ampliação de centros de cidadania LGBT e Núcleos de Atendimento Descentralizados (NADs) nos municípios do interior de estados de todo o Brasil são propostas de Áttila Alexandre Nunes. O objetivo dos NADs é chegar aonde os Centros de Cidadania não alcançam.

Emprego e qualificação



Apoio a programas de qualificação e inclusão do público LGBT no mercado de trabalho, com vagas destinadas exclusivamente a esta população, por meio de Parceria Público-Privada com “empresas inclusivas” são planos de Áttila Alexandre Nunes para a Câmara Federal. A criação de cursos técnicos para a comunidade LGBT, tornando-os mais qualificados para diversas funções também serão abordadas em sua política.

Acolhimento Institucional



É objetivo de Áttila Alexandre Nunes, se eleito a deputado federal, garantir uma política de acolhimento institucional humanizado, com o atendimento de uma equipe multidisciplinar capacitada, principalmente para jovens e idosos da comunidade LGBTI, alguns até em situação de rua, que sofreram violências domésticas.

Fomento à Cultura



Como deputado federal, Áttila Alexandre Nunes pretende apoiar a produção de bens culturais e de eventos de visibilidade LGBTI, abordando: orientação sexual, identidade de gênero e uma cultura de paz por meio da promoção da cidadania e capacitação da comunidade para acesso a leis de incentivo a cultura e editais públicos.

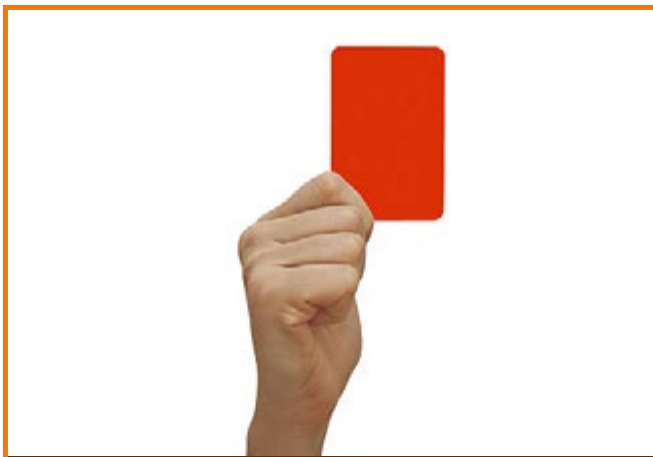
PROPOSTAS

Datas comemorativas



É proposta de Átila Alexandre Nunes fazer com que as principais datas comemorativas alusivas ao público LGBTI sejam reconhecidas em todos os estados e municípios e passem a se tornar parte do calendário oficial das prefeituras e governos. São estas: 29/01 – Dia da Visibilidade de Travestis e Transsexuais; 17/05 - Dia Internacional Contra a Homofobia; 28/06 – Dia do Orgulho LGBT; 29/08 – Dia da Visibilidade das Lésbicas; e 23/09 – Dia da Visibilidade de Bissexuais.

Penalidade administrativa



Átila Alexandre Nunes pretende apresentar projetos de lei federais que definam penalidades no caso de discriminação em caso de orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, está entre seus objetivos promover leis locais para âmbito nacional, como a Lei Estadual 7041/15, que estabelece infrações administrativas a condutas discriminatórias motivadas por preconceito de sexo ou orientação sexual, praticadas por agentes públicos e estabelecimentos localizados no Estado do Rio de Janeiro, ou que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Verbas para garantir funcionamento do Rio Sem Homofobia



Garantir orçamento estadual para o funcionamento pleno de projetos que discutam ou façam a promoção da cidadania e dos direitos LGBTI, como o Rio Sem Homofobia. E, por meio de emendas parlamentares, destinar recursos para eventos, como por exemplo, as Paradas do Orgulho LGBT, que acontecem em todo o Brasil, são compromissos de Átila Alexandre, no Congresso Nacional, e de Átila Nunes, na Alerj.

Veto a leis que firam os direitos LGBTI



Será um compromisso de Átila Alexandre Nunes vetar a aprovação ou a criação de leis que firam a igualdade de direitos LGBTI garantidos pelo STF, CNJ ou previstos pela Constituição Federal.

Campanhas de combate ao preconceito



Átila Alexandre Nunes pretende implantar em nível municipal e estadual, em diversos setores, a adoção de campanhas permanentes de combate ao preconceito LGBTfóbico, racial, religioso, Xenofóbico, entre outros.

CONQUISTAS LGBTI



Adoção por casais LGBTI

Os casais LGBTI que desejam adotar têm a regulamentação pelo CNJ do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo como aliada, já que esta proporcionou direitos e deveres iguais aos de um casal hétero. O processo de adoção segue um trâmite que envolve apresentação de documentos, entrevistas com psicólogos e assistentes sociais, visitas a abrigos e aprovação final de um juiz.



Direito Previdenciário por morte do companheiro ou companheira

Qualquer união estável, hétero ou homoafetiva, é reconhecida pelo Ministério da Previdência Social como geradora de pensão por morte. É o que determina a Portaria do Ministério da Previdência nº 513, de 9 de dezembro de 2010, que esclarece que, para tal, o (a) companheiro (a) do (a) segurado (a) necessita provar, com documentos, a relação com a pessoa que morreu.



Direito a pensão alimentícia após o divórcio

As uniões estáveis entre homossexuais têm o mesmo regime jurídico protetivo conferido às de heterossexuais e, com base nesse entendimento, a 4ª Turma do STJ, em decisão inédita tomada em 2015, considerou que um dos parceiros pode pedir pensão alimentícia ao outro após a separação. A interpretação serve como Jurisprudência para casos semelhantes desde então.



Financiamento de imóveis em bancos privados e federais

Desde 2010, ficou mais fácil financiar uma casa própria entre casais gays. Foi quando o Banco do Brasil passou a conceder o crédito imobiliário através de confirmação da união homoafetiva por declaração por escrito. Outros bancos, como Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander, também permitem a composição de renda entre amigos, parentes e casais hétero ou LGBTI.



Direito à Saúde Pública pelo SUS

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, tem por objetivo promover a saúde integral LGBT eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.



Cirurgia de redesignação sexual pelo SUS

No Brasil, o Ministério da Saúde oferece atenção às pessoas na cirurgia de mudança de sexo por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) desde a publicação da Portaria Nº 457, de agosto de 2008.



Mastectomia e Hormonioterapia pelo SUS

Há exatos dez anos, o Ministério da Saúde também regulamentou o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, passou a cobrir atendimentos em pacientes transexuais. Entre eles, estão a mastectomia (retirada de mama) e a terapia hormonal ou Hormonioterapia.

Na luta pela comunidade LGBTI no Congresso Nacional e na ALERJ

**ÁTILA A.
NUNES**

FEDERAL
15 05



**ÁTILA
NUNES**

ESTADUAL
15 0 15

Movimento Democrático Socialista - MDS 15

CONQUISTAS LGBTI



Uso de nome social

Em 2016, foi assinado um decreto autorizando que travestis e transexuais adotem o nome social em órgãos do Poder Público federal, possibilitando o uso do nome social em crachás e formulários. Daí em diante, MEC na Educação Básica e no Enem, o Detran, a Justiça Militar, a Justiça Eleitoral e o SUS, além de instituições bancárias, autorizaram a sua utilização nos registros e demandas, de acordo com a identidade de gênero.



Proibição da "cura" para transgêneros

Em 29 de janeiro de 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou a regulamentação que proíbe psicólogos de usarem seu conhecimento para tratamentos de "reorientação sexual", popularmente conhecidos como "cura gay", em pessoas transexuais e travestis, ou seja, nenhum método que insinue a "cura" para a transexualidade e travestilidade.



Liberação da alteração de nome no registro civil

O Supremo Tribunal Federal decidiu, com unanimidade, no dia 1º de março de 2018, a favor da liberação da alteração do nome no registro civil de transgêneros sem a realização de cirurgia de redesignação de sexo. Assim, tornou-se possível solicitar a mudança de nome diretamente no cartório, sem necessidade de comprovar condições.



Homossexualidade deixa de ser considerada doença

Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou, em sua Assembleia Geral, a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), sua lista internacional de doenças mentais. A data é considerada um marco e se comemora o Dia Internacional contra a Homofobia.



OMS retira Transexualidade da sua lista de doenças

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou no dia 18 de junho de 2018 uma nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), na qual a transexualidade foi retirada da lista de transtornos mentais. Com isso, as identidades trans deixam de ser consideradas "transtorno de gênero" e passam a ser diagnosticadas como "incongruência de gênero".



União Estável entre casais homoafetivos

A união estável homoafetiva, desde 5 de maio de 2011, é uma realidade no Brasil. O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu equiparar as uniões homoafetivas aos relacionamentos entre homens e mulheres, reconhecendo este tipo de união como um núcleo familiar. Este foi um importante passo na direção da igualdade de direitos e na redução de preconceitos.



Casamento Civil entre pessoas de mesmo sexo

Mais de 19,5 mil casamentos homoafetivos foram realizados no Brasil desde a aprovação, em 14 de maio de 2013, da resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que os cartórios registrem casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo ou convertam em casamento a união estável LGBTI.



ÁTILA ALEXANDRE NUNES

**DEPUTADO
FEDERAL**

15 05

Coligação - O Rio quer paz - MDB CNPJ 31.192.299/0001-57

Por um Brasil mais plural e inclusivo